

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2018

Processo nº: IL.PPSA.104/2018

**RESPOSTA AOS RECURSOS
RECEBIDOS APÓS RESULTADO
DO CREDENCIAMENTO
PUBLICADO NO DOU DE
03/12/2018**

I. RECURSOS

Após a publicação do resultado da análise da documentação recebida referente às fases de habilitação e de qualificação, foram recebidos 6 (seis) recursos provenientes dos seguintes interessados: (i) Candido de Oliveira Advogados; (ii) Consórcio Coelho Silva-Pinto Termignoni; (iii) Associação Machado Meyer; (iv) Schimdt Valois Miranda Ferreira e Agel – Advogados; (v) Souto, Correa Advocacia e CMS Cameron Mckenna Nabarro Olswang Consultores em Direito Estrangeiro; (vi) Nilo & Almeida Advogados Associados. Todos foram recebidos antes de findo o prazo para apresentação de recursos, razão pela qual foram considerados como tempestivos e merecedores de consideração e análise. A Associação Felsberg não apresentou recursos ao resultado publicado.

Considerando a argumentação semelhante presente nos recursos apresentados e em vista dos princípios da celeridade e economia processual, optou-se por fazer a consideração dos recursos de forma conjunta.

Feita a análise dos recursos apresentados, diante dos argumentos trazidos pelos recorrentes, ficou decidido que aqueles documentos encaminhados juntamente com os recursos, que atendam às exigências previstas no Edital – aqui incluído o seu Termo de Referência –, seriam aceitos para fins de saneamento das inconsistências documentais encontradas em relação aos requisitos definidos como Essenciais para a Qualificação.

A referida decisão tomou como base a natureza ímpar do procedimento de credenciamento, no qual pela ausência de competitividade entre os interessados não haverá que se falar em prejuízos aos demais credenciados que cumpriram com as exigências estabelecidas pelo Edital.

No mesmo sentido, não se vislumbra prejuízos à PPSA que, quando presente demanda por serviços jurídicos complementares, disporá de lista com maior número de escritórios credenciados aptos a prestar serviços, entre os quais será feita a escolha do prestador para tal demanda. Vale dizer também que não se vislumbra prejuízos ao interesse público pertinente à contratação de serviços jurídicos complementares pela PPSA, diante do benefício decorrente da maior pluralidade de credenciados.

Em relação ao prazo do procedimento, observa-se que, neste caso, ainda não houve a ocorrência de sua dilação, já que a fase recursal já estava prevista no cronograma. Portanto, não há que se falar

em prejuízos para PPSA ou para o já referido interesse público por atrasos no procedimento de identificação dos candidatos aptos a se credenciar.

II. CONSIDERAÇÕES E ANÁLISE

Em função da decisão descrita no item acima, as inconsistências documentais que determinaram o não credenciamento dos escritórios a seguir foram supridas conforme indicado abaixo.

- **Schmidt Valois Miranda Ferreira e Agel – Advogados**

O escritório Schmidt Valois Miranda Ferreira e Agel – Advogados apresentou as certidões em matérias de Direito Processual, emitidas em nome de Rogério Sobral de Miranda e Guilherme Guerra D'Arriaga Schmidt, ambos sócios do referido escritório, pela Justiça Federal do Rio de Janeiro, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. Por essa razão, os requisitos essenciais presentes nos itens 8, I, 5 (i) e itens 8, I, 5 (ii) do Termo de Referência foram consideradas como cumpridos, estando o escritório apto a se credenciar.

- **Consórcio Coelho Silva-Pinto Termignoni**

O Consórcio Coelho Silva-Pinto Termignoni apresentou declaração da Nova Petróleo S/A – Exploração e Produção na qual a referida sociedade esclarece que o Atestado de Capacidade Técnica emitido em favor de Pinto, Termignoni e Advogados Associados incluía a “*área de direito internacional comparado nas matérias de óleo e gás*”. Assim, o requisito essencial previsto no item 8, I, 2 (ii) do Termo de Referência foi considerado como cumprido. Ademais, o Consórcio deverá apresentar antes da assinatura do contrato, como condição para permitir seu credenciamento, comprovação de: (i) instalação de filial na Cidade do Rio de Janeiro; e (ii) constituição e registro do Consórcio perante o órgão de registro competente, acompanhado do instrumento definitivo do consórcio registrado.

- **Nilo & Almeida Advogados**

O Nilo & Almeida Advogados argumentou, em seu recurso, que sua atuação em processos patrocinados em nome de municípios acerca dos repasses de royalties de petróleo e gás natural feitos pela ANP, comprovada por meio de atestados emitidos pelos clientes, atenderia o requisito de experiência em questões regulatórias relacionadas com a legislação aplicável à exploração e produção de petróleo e gás natural. Acompanhando o recurso, foram encaminhadas cópias de 2 (dois) dos referidos processos. Em nova análise do documento apresentado, decidiu-se que, sob um viés mais abrangente, a experiência evidenciada satisfaz o requisito do item 8, I, 2 (i) do Termo de Referência. Ademais, o referido escritório deverá apresentar antes da assinatura do contrato, como condição para permitir seu credenciamento, comprovação de instalação de filial na Cidade do Rio de Janeiro.

- **Candido de Oliveira Advogados**

O escritório Candido de Oliveira Advogados afirmou que o Atestado de Capacidade Técnica emitido por Furnas Centrais Elétricas S.A., apresentado junto com seu pedido de credenciamento, englobaria os pontos de experiência exigidos pelo Edital, que levaram a sua não qualificação neste procedimento. Tal afirmação seria embasada na possibilidade de dedução da experiência nos requisitos estabelecidos no Termo de Referência decorrente das atribuições elencadas no referido atestado.

Entretanto, considerando que a avaliação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital pela documentação apresentada deve ser realizada de forma objetiva, entendemos que não é viável inferir informações que não constem expressamente nela, para evitar interferência subjetiva do avaliador. Do contrário, a mera menção da atuação em “Direito Administrativo” serviria para cumprir com qualquer requisito que de forma indireta esteja ligada e esse ramo do Direito e a vontade da PPSA ao estabelecer critérios com temas específicos em determinados ramos do Direito (como previstos nos itens 8, I, 2; 8, I, 3; e 8, I, 4) foi justamente verificar experiência em específico e não de forma geral.

Assim, mantendo a decisão anterior, o Candido de Oliveira Advogados foi considerado inapto para o credenciamento por não atender aos requisitos estabelecidos nos itens 8, I, 4 (i), 8, I, 4 (ii), 8, I, 4 (iii), 8, I, 4 (iv), e 8, I, 4 (v) do Termo de Referência.

- **Associação Machado Meyer**

A Associação Machado Meyer fora considerada inapta em julgamento anterior aos recursos em virtude das inconsistências documentais referentes aos itens 8, I, 4 (iii), 8, I, 5 (i) e 8, I, 5 (ii) do Termo de Referência.

Diante da documentação apresentada com o recurso, pode-se considerar como sanada a inconsistência referente ao item 8, I, 4 (iii), ficando comprovada a experiência em matérias ligadas ao regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990), com base no atestado e na declaração, ambos emitidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e anexos ao recurso.

Com relação aos itens 8, I, 5 (i) e 8, I, 5 (ii), foram apresentadas duas certidões de feitos, sendo uma emitida pela Justiça Federal e pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, o não cumprimento dos referidos itens permanece, conforme exposto abaixo.

Não foram apresentadas pela referida associação qualquer certidão emitida pelo Superior Tribunal de Justiça e por qualquer Tribunal Federal ou Estadual (segunda instância), não sendo atendido o requisito do item 8, I, 5 (ii), que estabelece ser necessário comprovar atuação em todas as instâncias judiciais.

Apesar da certidão emitida pela Justiça Federal ser capaz de atender o item 8, I, 5 (i), foi encontrada a seguinte inconsistência no referido documento. Tal certidão é emitida em nome de Diego Rodrigues Mendonça Galvão, advogado que não consta de nenhum dos contratos sociais enviados, mas é indicado como associado na lista de equipe de advogados, sem, contudo, não ter sido enviado contrato de associação do referido advogado com qualquer das sociedades da Associação Machado Meyer. Por essa razão, a referida certidão não foi aceita.

Assim, considerando o não atendimento dos itens 8, I, 5 (i) e 8, I, 5 (ii), fica mantida inaptidão Associação Machado Meyer para este credenciamento.

- **Souto, Correa Advocacia e o CMS Cameron Mckenna Nabarro Olswang Consultores em Direito Estrangeiro**

O Souto, Correa Advocacia e o CMS Cameron Mckenna Nabarro Olswang Consultores em Direito Estrangeiro apresentaram recurso por meio do qual foram encaminhados documentos no intuito de sanar as inconsistências documentais que levaram ao julgamento pela sua inaptidão para o credenciamento.

Como comprovante da experiência nos itens 8, I, 4 (ii) e 8, I, 4 (v) do Termo de Referência foi apresentado Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Lenovo Tecnologia (Brasil) LTDA. no qual é expressamente indicado ter o escritório prestado serviços que atendem aos referidos requisitos de experiência. Esta inconsistência foi, assim, sanada.

Com relação aos itens 8, I, 5 (i) e 8, I, 5 (ii), novamente apresenta o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., que já havia sido enviado quando da apresentação do pedido de credenciamento, como documento capaz de cumprir a exigência estabelecida pelo Edital.

Contudo, tendo em vista a disposição do Termo de Referência, para cumprimento dos citados itens, o interessado deveria apresentar as certidões emitidas pelo Poder Judiciário, sem prejuízo de sua apresentação em conjunto com outros documentos que o interessado entendesse ser pertinentes. Destaca-se que o item 8, I, 5 do Termo de Referência se diferencia dos demais itens do requisito "Experiência", que, por sua vez, preveem a comprovação por meio de 1 (um) ou mais Atestados ou Declarações de Capacidade Técnica. O entendimento da PPSA, neste sentido, inclusive foi objeto de resposta aos pedidos de esclarecimentos nºs 05 e 06, publicados no sítio eletrônico da PPSA com o fito de dar publicidade a todos os interessados.

Os referidos escritórios apresentaram ainda formulário de informações sobre equipe técnica no qual é informado que dispõem de mais de 2 (dois) estagiários, número mínimo exigido pelo item 8, III do Termo de Referência.

Assim, considerando o não atendimento dos itens 8, I, 5 (i) e 8, I, 5 (ii), fica mantida inaptidão do Souto, Correa Advocacia e do CMS Cameron Mckenna Nabarro Olswang Consultores em Direito Estrangeiro para este credenciamento.

Tendo em vista o exposto, apresenta-se, a seguir, o resultado final do credenciamento, já considerando a análise da documentação de qualificação recebida no âmbito dos recursos:

Proponentes Credenciadas:

- Barbosa, Raimundo, Gontijo e Câmara Advogados
- Böing Gleich Advogados
- Trench, Rossi e Watanabe Advogados
- Faveret Lampert Advogados

- Barbosa, Müssnich & Aragão
- Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
- Tauil & Chequer Advogados
- Consórcio Coelho Silva-Pinto Termignoni
- Schimdt Valois Miranda Ferreira e Agel – Advogados
- Nilo & Almeida Advogados Associados

Proponentes não Credenciadas:

- Associação Felsberg
 - Associação Machado Meyer
 - Candido de Oliveira Advogados
 - Souto, Correa Advocacia e CMS Cameron Mckenna Nabarro Olswang Consultores em Direito Estrangeiro
-

Atenciosamente,



Leandro Leme Júnior
Diretor de Administração, Controle e Finanças

